



**INSTITUTO FEDERAL DE ALAGOAS
DIRETORIA DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DOCÊNCIA PARA A EDUCAÇÃO
PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA**

LEILA CAROLINE SALUSTIANO SILVA

**IMPORTÂNCIA DAS AULAS PRÁTICAS NA FORMAÇÃO DO PROFISSIONAL
DO CURSO TÉCNICO DE SEGURANÇA DO TRABALHO**

MACEIÓ, AL

2023

LEILA CAROLINE SALUSTIANO SILVA

**IMPORTÂNCIA DAS AULAS PRÁTICAS NA FORMAÇÃO DO PROFISSIONAL
DO CURSO TÉCNICO DE SEGURANÇA DO TRABALHO**

Monografia apresentada ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Alagoas- IFAL, campus Maceió, como requisito parcial para obtenção da formação na especialização em Docência em Educação Profissional e Tecnológica.

Orientador: Prof. Dr. Samuel Silva

MACEIÓ, AL

2023



Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Instituto Federal de Alagoas
Campus Maceió
Biblioteca Benevides Monte

370.71

S586i Silva, Leila Caroline Salustiano.

Importância das aulas práticas na formação do profissional do curso técnico de Segurança do Trabalho / Leila Caroline Salustiano Silva. – Maceió, 2023.

26 f.

Orientação: Prof. Dr. Samuel Silva.

Monografia – Artigo (Especialização em Docência para a Educação Profissional e Tecnológica) – Instituto Federal de Alagoas, EAD/UAB, Polo Maceió. Maceió, 2023.

Arquivo no formato digital em PDF.

1. Docência – Educação Profissional. 2. Aprendizagem – Aulas práticas.
3. Técnico de Segurança do Trabalho – Formação profissional. I. Título.

Franciane Monick Gomes de França
Bibliotecária CRB-4/1831

LEILA CAROLINE SALUSTIANO SILVA

IMPORTÂNCIA DAS AULAS PRÁTICAS NO CURSO TÉCNICO DE
SEGURANÇA DO TRABALHO

Monografia apresentada ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Alagoas- IFAL, campus Maceió, como requisito parcial para obtenção da formação na especialização em Docência em Educação Profissional e Tecnológica.

Aprovado em: 13 / 11 / 2023

BANCA EXAMINADORA



Prof. Dr. Samuel Silva (orientador)
Instituto Federal de Alagoas - *Campus Piranhas*



Prof. Me. Levy Castelo Brandão
Instituto Federal de Alagoas - *Campus São Miguel dos Campos*



Prof. Dr. Cícero Teixeira Silva *Costa*
Instituto Federal do Mato Grosso do Sul

RESUMO

A educação profissional e tecnológica enfrenta grandes desafios no Brasil o principal deles é escolher metodologias e didática adequada para garantir o aprendizado e qualidade do profissional de nível técnico formado pelas instituições, dentro desses desafios está a relação entre os alunos e as aulas práticas formadoras, que por muitos motivos nem sempre conseguem garantir seu objetivo. Desse modo, reconhecendo a importância que as aulas práticas possuem, principalmente seu potencial pedagógico na aquisição do conhecimento pelos alunos, o objetivo geral deste estudo foi averiguar a contribuição da realização de aulas práticas no processo de ensino-aprendizagem de alunos do Curso de Segurança do Trabalho do Instituto Federal de Alagoas nos *Campi* São Miguel dos Campos e Palmeira Índios, avaliando tanto a percepção do aluno, sobre a relevância das aulas práticas no processo de formação do profissional. Tendo como objetivos específicos, aplicar questionário junto aos alunos para obter as informações necessárias, gerar dados acerca das aulas práticas ofertadas no curso Técnico em Segurança do Trabalho do IFAL, identificar as principais falhas existentes entre as aulas e o aprendizado. Foi utilizado o método quantitativo, através da aplicação de questionários com alunos do Curso Técnico de Segurança do Trabalho do Instituto Federal de Alagoas, *Campus* São Miguel dos Campos e *Campus* Palmeira dos Índios. Foram aplicados 60 questionários, onde constam 10 perguntas sobre o nível de importância das aulas práticas para a formação do profissional. Os resultados obtidos em sua maioria foram positivos, porém as perguntas voltadas para o aprendizado dos alunos tiveram um número de negativas considerável, sendo a com maior avaliação negativa a questão sobre o tempo das aulas práticas disponibilizado não ser satisfatório para a formação do aluno. O resultado da pesquisa se dá a diversos fatores, mas existe o entendimento de que não há aula prática sem a disponibilização de espaços físicos, material didático, equipamentos e o principal, sem professores qualificados. Os dois Institutos Federais, apresentam falhas que os alunos reconhecem, a maioria voltada a disponibilização de material didático, laboratórios e tempos das aulas práticas, o que pode e deve ser revisto para garantir que se formem profissionais Técnico em Segurança do Trabalho cada vez mais qualificados.

Palavras-chave: Educação profissional, Ensino técnico, Formação, Aprendizado, Instituto Federal de Alagoas.

ABSTRACT

Professional and technological education faces major challenges in Brazil, the main one is choosing appropriate methodologies and didactics to guarantee the learning and quality of technical level professionals trained by the institutions, within these challenges is the relationship between students and practical training classes, which for many reasons they are not always able to guarantee their objective. Thus, recognizing the importance that practical classes have, mainly their pedagogical potential in the acquisition of knowledge by students, the general aim of this study was to investigate the contribution of performing practical classes in the teaching-learning process of students on the Security Course by the Federal Institute of Alagoas at the São Miguel dos Campos and Palmeira Índios *Campi*, evaluating both the student's perception and the relevance of practical classes in the professional training process. Having the specific objectives of applying a questionnaire to students to obtain the necessary information; Generate data about the practical classes offered in the IFAL Occupational Safety Technician course; Identify the main gaps between classes and learning. The quantitative method was used, through the application of questionnaires with students of the Technical Course in Occupational Safety at the Federal Institute of Alagoas, *Campus* São Miguel dos Campos and *Campus* Palmeira dos Índios. 60 questionnaires were administered, including 10 questions about the level of importance of practical classes for professional training. The results obtained were mostly positive, however the questions focused on student learning had a considerable number of negative responses, with the one with the highest negative evaluation being the question about the practical class time available not being satisfactory for the student's training. The result of the research is due to several factors, but there is an understanding that there is no practical class without the availability of physical spaces, teaching materials, equipment and most importantly, without qualified teachers. The two Federal Institutes have flaws that students recognize, most of which focus on the availability of teaching material, laboratories and practical class times, which can and should be reviewed to ensure that increasingly qualified Occupational Safety Technician professionals are trained.

Keywords: Professional education, Technical education, Training, Learning, Federal Institute of Alagoas.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	1
2	OBJETIVOS	3
2.1	OBJETIVO GERAL	3
2.2	OBJETIVOS ESPECÍFICOS	3
3	FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	4
3.1	A EVOLUÇÃO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA NO BRASIL	4
3.2	EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA: O QUE É?	7
3.3	A IMPORTÂNCIA DAS AULAS PRÁTICAS NO ENSINO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICO	8
3.4	AS ABORDAGENS PRÁTICAS DO CURSO DE SEGURANÇA DO TRABALHO	9
4	METODOLOGIA	11
4.1	PESQUISA QUALI-QUANTITATIVA EM EDUCAÇÃO	11
5	RESULTADOS	12
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS	16
	REFERÊNCIAS	17
	ANEXO I	20

1. INTRODUÇÃO

Em todo o mundo, a Educação Profissional surge com o objetivo de atender demandas de trabalho que iam surgindo com o início da industrialização nos países. No Brasil, considera-se a década de 1930 como marco temporal, quando a indústria se torna o principal impulsionador da economia brasileira; é nos anos 30 que instrumentos de política governamental passam a incorporar explícita intencionalidade do Estado em defesa da industrialização brasileira (ARAÚJO e LIMA, 2014).

Com toda essa movimentação em torno da economia nacional começaram a ser criadas as instituições adequadas para dar formação técnico-profissional aos trabalhadores (SILVA e CIASCA, 2021), porém, conforme o tempo ia passando, as necessidades iam aumentando e os métodos utilizados careciam de reformulação, principalmente na qualidade das aulas práticas.

A aula prática constitui um importante recurso metodológico facilitador do processo de ensino-aprendizagem (PERUZZI E FOFONKA, 2021). As estratégias didáticas para se alcançar uma aprendizagem mais eficiente dos alunos é um desafio que apresenta grande dificuldade dentro da educação, e quando se trata de educação profissional e tecnológica, essa dificuldade parece ficar ainda maior, pois como formar um bom profissional apto a desenvolver suas funções.

Dentro das estratégias encontradas para se alcançar a aprendizagem estão as atividades práticas que são fundamentais para a construção do pensamento científico, pois estabelece o diálogo entre teoria e prática, através de estímulos ocasionados pela experimentação (SILVA, 2019). Nesse processo de ensino-aprendizagem, as aulas práticas ajudam a uma melhor assimilação do que foi aplicado na teoria, ampliando a compreensão e complexidade do aluno no processo educativo (FLOR, et al. 2013).

Além disso, as aulas práticas servem de estratégia e podem auxiliar o professor a retomar um assunto já abordado, construindo com seus alunos uma nova visão sobre um mesmo tema. Quando compreende um conteúdo trabalhado em sala de aula, o aluno amplia sua reflexão sobre os fenômenos que acontecem à sua volta e isso pode gerar, conseqüentemente, discussões importantes (LEITE et al. 2005).

As aulas práticas têm um papel importante estimulando os alunos a desenvolver flexibilidades e habilidades, fazendo com que eles adquiram uma autonomia profissional relevante para a sua área de formação (PEREIRA, 2011). Portanto, compreender a importância das atividades práticas no processo de ensino e de aprendizagem e buscar

parâmetros que orientem o desenvolvimento do fazer docente estimulando didáticas pedagógicas na Educação Profissional e Tecnológica é essencial (COSTA, et al. 2021).

2. OBJETIVOS

2.1. OBJETIVO GERAL

Avaliar a contribuição da realização de aulas práticas no processo de ensino-aprendizagem de alunos do Curso de Segurança do Trabalho do Instituto federal de Alagoas nos *Campi* São Miguel dos Campos e Palmeira Índios, avaliando tanto a percepção do aluno, sobre a relevância das aulas práticas no processo de formação do profissional.

2.2. OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Aplicar questionário junto aos alunos para obter as informações necessárias;
- Gerar dados acerca das aulas práticas ofertadas no curso Técnico em Segurança do Trabalho do IFAL;
- Identificar as principais falhas existentes entre as aulas e o aprendizado.

3. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

3.1. A EVOLUÇÃO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA NO BRASIL

A Educação Profissional e Tecnológica no Brasil teve início em 23 de Setembro de 1909 com o Decreto Nº 7.566, que via o aumento da população nas cidades como um possível problema de criminalidade e vícios; e por isso instituiu que em cada uma das Capitais dos Estados da República, o Governo Federal manteria, por intermédio do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio, uma Escola de Aprendizizes Artífices, destinada ao ensino profissional primário gratuito, com o objetivo de formar operários e contramestres, através do ensino prático e de conhecimentos técnicos necessários para aprender um ofício e trabalhar em indústrias (BRASIL, 1909).

Ao longo do ano de 1910, foram inauguradas 19 Escolas de Aprendizizes e Artífices, presentes em todo o território nacional, dentre elas está a Escolas de Aprendizizes e Artífices de Alagoas, fundada em 21 janeiro 1910 (GARCIA, et al., 2018).

Em 13 de janeiro de 1937, a Constituição Federal promulgada pelo Governo Getúlio Vargas dá nova organização ao Ministério da Educação e Saúde Pública e através da Lei nº 378, em seu Art. 37. diz que todas as escolas de aprendizizes e artífices mantidas pela União deverão ser transformadas em liceus industriais e deverão ser criados novos liceus, para propagação nacional do ensino profissional, de todos os ramos e graus (BRASIL, 1937).

Em 22 de Janeiro de 1942, cria-se o Serviço Nacional de Aprendizagem dos Industriários (SENAI) através do Decreto Lei Nº 4.048, dando a competência ao Serviço Nacional de Aprendizagem dos Industriários organizar e administrar, em todo o país, escolas de aprendizagem para industriários e ministrar ensino de continuação e de aperfeiçoamento e especialização, para trabalhadores industriários não sujeitos à aprendizagem (BRASIL, 1942).

Em seguida no dia 30 de Janeiro de 1942 cria-se a Lei orgânica do ensino industrial através do Decreto Lei Nº 4.073, que estabelece as bases de organização e de regime do ensino industrial, que é o ramo do ensino, de segundo grau, destinado à preparação profissional dos trabalhadores da indústria e das atividades artesanais, e ainda dos trabalhadores dos transportes, das comunicações e da pesca (BRASIL, 1942).

No ano seguinte, 28 de Dezembro de 1943, cria-se a Lei Orgânica do Ensino Comercial e o SENAC (Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial), através do Decreto

lei Nº 6.141, que vem estabelecer bases de organização e de regime do ensino comercial, que é o ramo de ensino de segundo grau, destinado às seguintes finalidades: Formar profissionais aptos ao exercício de atividades específicas no comércio e de funções auxiliares de caráter administrativo nos negócios públicos e privados, dar a candidatos ao exercício das mais simples ou correntes atividades no comércio e na administração, uma preparação profissional e aperfeiçoar os conhecimentos e capacidades técnicas de profissionais diplomados na forma desta lei (BRASIL, 1943).

Anos depois, em 10 de Janeiro de 1946 é disposto sobre a criação do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial e dá outras providências, com o Decreto lei Nº 8.621, onde fica atribuído à Confederação Nacional do Comércio o encargo de organizar e administrar, no território nacional, escolas de aprendizagem comercial, onde estas escolas de aprendizagem também manterão cursos de continuação ou práticos e de especialização para os empregados adultos do comércio, não sujeitos à aprendizagem (BRASIL, 1946).

Alguns meses após em 20 Agosto de 1946 foi criada a Lei Orgânica do Ensino Agrícola, através do Decreto lei Nº 9.613, que estabelece as bases de organização e de regime do ensino agrícola, que é o ramo do ensino até o segundo grau, destinado essencialmente à preparação profissional dos trabalhadores da agricultura promovendo a sua preparação técnica como mão de obra qualificada e a sua formação humana, dando aos trabalhadores agrícolas jovens e adultos não diplomados uma qualificação profissional que lhes aumente a eficiência e produtividade e o aperfeiçoamento dos conhecimentos e capacidades técnicas de trabalhadores agrícolas diplomados (BRASIL, 1946).

O início da Educação Profissional e Tecnológica Federal se deu em 16 de Fevereiro de 1959, quando Juscelino Kubitschek criou a Lei Nº 3.552, dispondo sobre uma nova organização escolar e administrativa dos estabelecimentos de ensino industrial do Ministério da Educação e Cultura, onde as Escola de Ensino Industrial passam agora a ser Escolas Técnicas Federais, com cursos adaptados às necessidades da vida econômica, das diversas profissões e do progresso da técnica, articulando-se com a indústria e atendendo às exigências do mercado de trabalho da região onde está inserida (BRASIL, 1959).

Essas novas Escola Técnicas Federais tinham que contar com biblioteca, laboratórios, oficinas, gabinetes e salas-ambientes, aparelhados para um ensino eficiente e prático, e anos depois essas mesmas escolas tiveram uma reestruturação de seus currículos para associar teoria à prática e ofertar uma maior gama de cursos, mas ainda assim voltados para desenvolvimento do país, como os cursos técnicos de Estradas, Edificações, Química, Mecânica de Máquinas e Eletrotécnica.

Durante a Ditadura Militar foi criada a Lei Nº 5.692, de 11 de Agosto de 1971, torna o ensino técnico profissional nas Escolas Técnicas Federais do Brasil, como compulsório no ensino de 2º grau, independente da vocação do estudante e da região em que estava instalado o centro de ensino. O objetivo geral da Lei era proporcionar ao educando a formação necessária para o desenvolvimento de suas potencialidades como elemento de auto realização, preparação para o mercado de trabalho e para o exercício consciente da cidadania (BRASIL, 1971).

No decorrer de anos as Escolas Técnicas Federais foram se reformulando e se adaptando às necessidades da época, para evitar ameaças de desemprego por falta de mão de obra qualificada, e esbarrando com novas tecnologias, como a microbiologia e a informática, que demandava ainda mais que um saber-fazer.

A Lei 8.948 de 08 de Dezembro de 1994, que dispõe sobre a instituição do Sistema Nacional de Educação Tecnológica, que limita a expansão da oferta de educação profissional e da criação de novas unidades de ensino por parte da União, podendo apenas ocorrer em parceria com Estados, Municípios, Distrito Federal, setor produtivo não governamental, que serão responsáveis pela manutenção e gestão do estabelecimento de ensino (BRASIL, 1994).

Em meados de 20 de Dezembro de 1996, foi criada a Lei 9.394 que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional (LDB), que já chega revogando a Lei Nº 5.692, de 11 de Agosto de 1971, e transformando as Escolas Técnicas Federais em Centro Federal de Educação Tecnológica - CEFET. A LDB veio integrar a educação profissional às diferentes formas de educação, ao trabalho, à ciência e à tecnologia, conduzindo o aluno ao permanente desenvolvimento de aptidões para a vida produtiva (BRASIL, 1996).

Esse período possibilitou que alunos matriculados ou egressos do ensino fundamental, médio e superior, bem como o trabalhador em geral, jovem ou adulto, contará com a possibilidade de acesso à educação profissional.

A revogação Lei 8.948 de 08 de Dezembro de 1994 ocorre em 18 de Novembro de 2005, com a Lei 11.195 que diz que a expansão da oferta de educação profissional, mediante a criação de novas unidades de ensino por parte da União, ocorrerá, preferencialmente, em parceria com Estados, Municípios, Distrito Federal, setor produtivo ou organizações não governamentais, que serão responsáveis pela manutenção e gestão dos novos estabelecimentos de ensino (BRASIL, 2005).

Em 29 de Dezembro de 2008 com a Lei 11.892 instituiu a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, criando os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, que são instituições de educação superior, básica e profissional, pluricurriculares

e multicampi, especializados na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino, com base na conjugação de conhecimentos técnicos e tecnológicos com as suas práticas pedagógicas, nos termos desta Lei (BRASIL, 2008).

No Art. 5º Ficam criados os seguintes Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia: II - Instituto Federal de Alagoas, mediante integração do Centro Federal de Educação Tecnológica de Alagoas e da Escola Agrotécnica Federal de Satuba. Além dessas unidades educacionais dos Institutos Federais, houve o processo de interiorização dos *Campi*, oportunizando que mais pessoas tivessem acesso a educação profissional e tecnológica.

3.2. EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA: O QUE É?

A Educação Profissional e Tecnológica tem grande importância para a educação brasileira, tendo um capítulo para dispor sobre do que trata. No Capítulo III - Da Educação Profissional e Tecnológica de acordo com as normas e diretrizes do Governo Federal, a Educação Profissional e Tecnológica é uma das formas de ensino previstas na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (BRASIL -LDB, 1996).

O Art. 39. diz que a educação profissional e tecnológica, no cumprimento dos objetivos da educação nacional, integra-se aos diferentes níveis e modalidades de educação e às dimensões do trabalho, da ciência e da tecnologia.

§ 1º Os cursos de educação profissional e tecnológica poderão ser organizados por eixos tecnológicos, possibilitando a construção de diferentes itinerários formativos, observadas as normas do respectivo sistema e nível de ensino.

§ 2º A educação profissional e tecnológica abrangerá os seguintes cursos:

I – de formação inicial e continuada ou qualificação profissional;

II – de educação profissional técnica de nível médio;

III – de educação profissional tecnológica de graduação e pós-graduação.

§ 3º Os cursos de educação profissional tecnológica de graduação e pós-graduação organizar-se-ão, no que concerne a objetivos, características e duração, de acordo com as diretrizes curriculares nacionais estabelecidas pelo Conselho Nacional de Educação.

Art. 40. A educação profissional será desenvolvida em articulação com o ensino regular ou por diferentes estratégias de educação continuada, em instituições especializadas ou no ambiente de trabalho.

Art. 41. O conhecimento adquirido na educação profissional e tecnológica, inclusive no trabalho, poderá ser objeto de avaliação, reconhecimento e certificação para prosseguimento ou conclusão de estudos.

Art. 42. As instituições de educação profissional e tecnológica, além dos seus cursos regulares, oferecerão cursos especiais, abertos à comunidade, 32 Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional condicionada a matrícula à capacidade de aproveitamento e não necessariamente ao nível de escolaridade.

3.3. A IMPORTÂNCIA DAS AULAS PRÁTICAS NO ENSINO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICO

O desempenho dos alunos que passam pela educação no Brasil é considerado insuficiente, mas segundo Pagel et al. (2015), aulas práticas podem ajudar no processo de interação, na apropriação e no desenvolvimento de conceitos científicos por parte dos sujeitos. Quando analisados estudos que investigam a maneira como os docentes desenvolvem as atividades de experimentação é possível perceber que os alunos promovem uma reflexão, estímulo, à curiosidade e um interesse de investigação e formulação de hipóteses para explicar os fenômenos em estudo.

As aulas práticas têm a finalidade de levar o estudante a aperfeiçoar a técnica sobre conhecimentos de uma determinada disciplina teórica, logo, consiste em inserir o discente em ambientes onde ele acompanhado pelo docente, aprenda realizar procedimentos, técnicas e possa lidar com etapas, até então vistas apenas na teoria. Esse contato é imprescindível e deve permear a formação do profissional (RODRIGUES et al, 2015).

Para Ramos e Barin (2021), há uma grande importância das práticas para desenvolvimento dos saberes experienciais, pois é na prática que se aprende e se avalia de forma justa a planejar de maneira organizada e de forma que contemple seu aprendizado, pois existe um público muito diverso, onde uns aprendem mais rápido, outros nem tanto, portanto, o professor precisa da experiência para contemplar a todos. Assim, o saber experiencial é de maior relevância, pois é o alicerce da prática, e é na prática que o professor desenvolve a formação do profissional.

Ela permite um aprendizado diversificado, que não se limita apenas ao conhecimento teórico de condutas e procedimentos, mas se baseia fundamentalmente no relacionamento com os usuários, equipamentos, ferramentas e ambientes que estarão inseridos na realidade quando o profissional estiver formado, além de permitir que o aluno tenha uma formação crítica, reflexiva e que seja apto a trabalhar em equipe e que durante a sua formação ele

consiga colocar em prática os conhecimentos teóricos que foram passados a ele em sala (MARTINS et al, 2019).

3.4. AS ABORDAGENS PRÁTICAS DO CURSO DE SEGURANÇA DO TRABALHO

Uma aula exclusivamente expositiva pode prejudicar a assimilação dos conhecimentos que são necessários para, posteriormente, o trabalhador prevenir os perigos em sua atividade laboral, por outro lado, durante uma aula prática o aluno pode lesionar-se gravemente. Por isso, criar ambientes educacionais seguros, onde o erro é controlado e suas consequências minimizadas, é condição fundamental para o desenvolvimento das atividades práticas, e a condução dos treinamentos teóricos deve ser dinamizada para que a participação ativa mantenha o estado de alerta dos alunos (GALVÃO, 2020).

Ainda segundo o autor, o aprendiz precisa estar exposto a esses elementos e interagir manuseando, experimentando e literalmente “botando a mão na massa” para que o aprendizado propicie atividades seguras posteriormente.

Para Torrecilhas et al. (2021), o curso Técnico em Segurança do Trabalho tem como objetivo formar um profissional com o perfil que implanta, gerencia e controla os sistemas de segurança laboral, além de fiscalizar e avaliar condições de trabalho. Coordena equipes multidisciplinares em atividades preventivas. Vistoria, realiza perícia, avalia, emite laudo e parecer técnico em sua área de formação. Logo, o aluno precisa vivenciar a prática do uso de equipamentos de medição, elaboração de laudos e documentos, para que ao final de sua jornada acadêmica, não cometa erros ao exercer sua função, podendo prejudicar sua imagem profissional.

As teorias compartilhadas em sala de aula passam do campo filosófico e penetram nos ambientes de trabalho, através da observação, dos questionamentos, da troca de informação e do diálogo. Significa verificar “*in loco*” a práxis de uma organização do trabalho, para obter a produtividade e, ao mesmo tempo, observar individualmente, como seria o papel do técnico em segurança do trabalho, em cada posto de trabalho, bem como, em cada etapa da produção, nas novas formas de execução de tarefas, e no ambiente como todo, em busca da saúde e segurança dos trabalhadores. Assim, pode-se afirmar que a visita técnica é caracterizada pela observação da atividade, embora, não envolva a manipulação direta de materiais e equipamentos (CUNHA, 2018).

Para Oliveira (2003) dentro da Segurança do Trabalho um fator relevante que não pode ser desprezado na compreensão do fenômeno é o ensinamento teórico e prático, em razão de sua importância. Porém há uma dificuldade em estabelecer parâmetros entre a realização de uma atividade prática, por um ou mais trabalhadores, reproduzindo experiências acumuladas ao longo do tempo, sem orientação formal, e a realização da mesma atividade conforme prescrições formalizadas. Isso porque, uma coisa é a realização de uma atividade de maneira informal, em que a aprendizagem se dá por experimentações, ou seja, por tentativas que envolvem erros e acertos; outra coisa, muito diferente, é a realização da mesma atividade segundo prescrições formais.

Uma metodologia prática e eficaz, com o emprego dos roteiros de práticas, e o momento de Pré-Aula, antecipando com os conhecimentos que serão observados no dia da aula prática, evita possíveis dúvidas e erros durante a sua elaboração, tornando-se mais efetivo a absorção do conhecimento, dessa maneira, o aluno é contemplado com um ensino com foco principal na aplicação de conceitos e soluções inseridas em situações problematizadas que serão encontradas por eles futuramente em seu campo de trabalho, relacionando a teoria com a prática e tornando a aprendizagem mais efetiva (TORRECILHAS, et al. 2020).

4. METODOLOGIA

4.1. PESQUISA QUALI-QUANTITATIVA EM EDUCAÇÃO

Para dar uma resposta ao questionamento, foi utilizado o método quali-quantitativo, através da aplicação de questionários com alunos do Curso Técnico de Segurança do Trabalho do Instituto Federal de Alagoas, *nos Campi* São Miguel dos Campos e Palmeira dos Índios.

Foi delimitado uma amostra de 60 alunos, cujo pré-requisito para participar da pesquisa foi estar matriculado no 2º, 3º e 4º período do curso Técnico em Segurança do Trabalho do Instituto Federal de Alagoas, e se voluntariar a participar.

A aplicação dos questionários foi realizada em setembro de 2023 em São Miguel dos Campos e Palmeira do Índios, por meio da disponibilização de questionário físico. Cada questionário constando 10 perguntas sobre o nível de importância das aulas práticas para formação do profissional, onde as perguntas foram voltadas para a percepção dos alunos sobre as aulas práticas, os ambientes físicos disponibilizados, como laboratórios, material didático e equipamentos necessários para realização das aulas (ANEXO I).

Distribuição dos questionários

Campus São Miguel dos Campos

30 questionários no turno vespertino e noturno

Campus Palmeira dos Índios

30 questionários no turno vespertino e noturno

5. RESULTADOS

Foram aplicados 60 questionários junto aos alunos do curso Técnico em Segurança do Trabalho do Instituto Federal de Alagoas de São Miguel dos Campos e Palmeira dos Índios, com a finalidade de obter informações sobre as aulas práticas disponibilizadas no curso. Os 60 questionários foram aplicados igualmente entre os alunos do segundo, terceiro e quarto período vespertino e noturno.

O questionário aplicado foi do tipo quantitativo, o mesmo para os dois *Campi* com 10 perguntas, onde o aluno escolheu uma alternativa para assinalar depois de ler cada uma das perguntas (ANEXO I).

1 - Você já teve aula prática no curso técnico de Segurança do Trabalho?

Todos os 60 alunos de ambos os *Campus* que participaram da pesquisa assinalaram a opção SIM quando questionados sobre a pergunta, mostrando que em algum momento todos já tiveram aula prática ofertada pelo curso.

2 - Você acredita que as aulas práticas ofertadas pelo curso irão ajudar na sua formação?

Quando questionados sobre a pergunta, os 60 alunos entrevistados também escolheram a alternativa SIM, demonstrando que eles reconhecem as aulas práticas como um instrumento importante para a qualidade de sua formação Técnica em Segurança do Trabalho.

3 - As aulas práticas colaboram para o melhor entendimento das aulas teóricas?

Com relação a importância das aulas práticas para o entendimento das aulas teóricas, os 24 alunos entrevistados de São Miguel dos Campos responderam que SIM, as aulas práticas ajudam a reforçar o aprendizado teórico, e 6 entrevistados responderam que NÃO, as aulas práticas ofertadas não colaboram para o entendimento das aulas práticas. Já os 30 alunos entrevistados de Palmeira dos Índios responderam que SIM, as aulas práticas ofertadas colaboram para o entendimento das aulas teóricas.

4 - A instituição oferta equipamentos e materiais didáticos suficientes para que as aulas sejam realizadas?

O aprendizado do profissional técnico também depende de fatores como a disponibilidade de materiais didáticos, pois neste momento o aluno se familiariza com equipamentos que vai utilizar quando estiver formado e exercendo sua função. Quando questionados sobre a disponibilização desse material para as aulas práticas, 27 alunos de São Miguel dos Campos responderam que SIM, a instituição disponibiliza material suficiente para a realização das aulas, e 3 responderam que o material didático oferecido é insuficiente para atender a realização das aulas práticas.

O resultado obtido com os alunos de Palmeira dos Índios demonstra que os alunos não identificam na instituição, material didático suficiente para a realização das aulas, sendo que 18 alunos responderam que NÃO, o material didático ofertado é insuficiente para atender a demanda das aulas práticas, e 12 responderam que SIM, o material didático é suficiente.

O resultado mostra que mesmo sendo o mesmo curso Técnico, ofertado pela mesma instituição, onde a única diferença é o município onde o Campus está localizado, a disponibilidade dos mesmos materiais didáticos para a realização das aulas práticas é diferente, o que pode estar ligado ao tempo em que o curso é disponibilizado em cada instituição, onde uma já se adaptou e a outra ainda está se adequando à nova necessidade do curso.

5 - A instituição conta com espaços físicos como laboratórios para a realização dessas aulas práticas?

Foi verificado in loco junto à instituição que o Instituto Federal de Alagoas *Campus* São Miguel dos Campos, conta com 3 laboratórios, dentre eles, 1 laboratório de Informática, 1 Laboratório de Línguas e o Laboratório de Segurança do Trabalho. Com relação a esse questionamento, 28 alunos responderam que SIM, a instituição conta com espaços físicos para a realização de aulas práticas, e 2 alunos responderam que NÃO, a instituição conta com espaços físicos do tipo laboratórios para a realização de aulas práticas.

Ao questionados sobre os ambientes físicos do tipo laboratório, 20 alunos responderam que SIM, a instituição conta laboratórios, e 10 responderam que não, e afirmaram que a instituição conta apenas com um espaço onde são realizadas todas as aulas do tipo prática.

Segundo Flor et al (2013) o preparo do aluno a partir das aulas práticas geralmente é realizado em laboratórios, onde existem equipamentos e materiais para a realização das

experiências, o que faz com que os alunos se interessem mais com a possibilidade de manusear os equipamentos.

6 - Os professores são qualificados para ministrar as aulas práticas?

Ao serem perguntados sobre a qualificação dos professores do curso para a ministração das aulas práticas, 24 alunos responderam que SIM, os professores são qualificados para executar este tipo de aula, e 6 alunos responderam que NÃO, os professores não contam com qualificação suficiente para ministrar aulas práticas.

Todos os 30 alunos entrevistados de Palmeira dos Índios responderam SIM, concordando que os professores da instituição em que estudam são qualificados para ministrar aulas práticas.

Para Andrade e Massabni (2011) se o professor valoriza as atividades práticas e acredita que elas são determinantes para a aprendizagem, possivelmente buscará meios de desenvolvê-las, pois as atividades práticas permitem aprendizagens que a aula teórica, apenas, não permite, sendo compromisso do professor, e também da escola, dar esta oportunidade para a formação do aluno.

7 - O tempo oferecido para as aulas práticas é satisfatório e atende suas necessidades de aprendizado?

Observou-se com esse questionamento um número maior de respostas negativas, o que não ocorreu nas perguntas anteriores para os dois *Campus*, onde em São Miguel dos Campos 10 alunos responderam que NÃO, o tempo ofertado de aula prática não atende a suas necessidades de aprendizado, e 20 alunos responderam que SIM, o tempo de aula ofertado é suficiente para que haja um aprendizado.

Para os alunos de Palmeira dos Índios a negativa foi ainda maior, 21 alunos assinalaram que NÃO, o tempo oferecido para as aulas práticas não atende suas necessidades de aprendizado, já 9 responderam que sim o tempo disponibilizado atende a suas necessidades de aprendizado.

8 - Você já teve pelo menos uma aula prática do tipo visita técnica no curso Técnico de Segurança do Trabalho?

Todos os 60 alunos amostrados de ambos os *Campus* São Miguel dos Campos e Palmeira dos Índios responderam que SIM, já fizeram pelo menos uma visita técnica durante

o tempo em que está matriculado no curso de Técnico em Segurança do Trabalho do Instituto Federal de Alagoas.

9 - Como você avalia as aulas práticas ofertadas pelo curso?

Dos 30 alunos entrevistados em São Miguel dos Campos, 13 consideram as aulas práticas ofertadas pelo curso como BOA, 11 consideram REGULAR, 3 avaliam como SATISFATÓRIO, 3 não estão satisfeitos com as aulas práticas ofertadas e avaliam como RUIM.

Já em Palmeira dos Índios, dos 30 alunos entrevistados, 10 consideram as aulas práticas ofertadas pelo curso como BOA, 15 consideram REGULAR, 5 avaliam como SATISFATÓRIO, nenhum aluno avaliou as aulas práticas oferecidas como RUIM.

10 - Como você avalia seu nível de aprendizado com as aulas práticas?

O último questionamento foi sobre como o aluno avalia seu nível de aprendizado com as aulas práticas, em São Miguel dos Campos 14 responderam que tem um aprendizado BOM, 3 tem aprendizado REGULAR, 11 um aprendizado SATISFATÓRIO, e 2 consideram que o aprendizado com as aulas práticas é RUIM.

Dos alunos de Palmeira dos Índios que foram entrevistados e 15 responderam que tem um aprendizado BOM, 5 tem aprendizado REGULAR, 10 um aprendizado SATISFATÓRIO, nenhum considera que o aprendizado com as aulas práticas é RUIM.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

De um modo geral, as respostas dadas aos questionamentos foram positivas para a importância das aulas práticas na formação do profissional Técnico em Segurança do Trabalho, o que se deve a vários fatores como; contratação de professores qualificados, espaços físicos para a realização das aulas e também a conclusão da entrega do *Campus* do Instituto Federal de Alagoas de São Miguel dos Campos, espaço pensado para atender as demandas dos cursos ofertados;

O mesmo se aplica ao *Campus* do Instituto Federal de Alagoas de Palmeira dos Índios, que é uma instituição mais antiga, e por isso com uma maior dificuldade de atender as demandas, principalmente, as de espaços físicos para novos cursos que são implantados, como o curso Técnico de Segurança do Trabalho;

Quando verificado se o curso oferta aulas práticas, e se elas irão ajudar na formação, 100% dos entrevistados responderam que SIM, o que é importante, já que é indispensável para um profissional técnico a formação por meio das aulas práticas;

Com relação às insatisfações identificadas nos resultados, estas são em sua maioria ligadas a avaliação do aluno entrevistado sobre seu aprendizado, e levando em consideração que o aprendizado se dá de forma diferente entre as pessoas, é normal que haja essas negativas, porém, mesmo estando dentro da normalidade, deve ser investigada pela instituição com o objetivo de se tentar trazer metodologias que consiga atender e melhorar o aprendizado de todos, ou pelo menos reduzir o número de insatisfeitos com seu aprendizado;

Levando em consideração o tempo oferecido para as aulas práticas, somando os resultados negativos do *Campus* São Miguel dos Campos e do *Campus* Palmeira dos Índios, mais de 50% dos alunos entrevistados se mostraram insatisfeitos, o que poderia ser avaliado pela direção do curso para a realização de melhorias;

O resultado da pesquisa se dá a diversos fatores, mas existe o entendimento de que não há aula prática sem a disponibilização de espaços físicos, material didático, equipamentos e o principal, sem professores qualificados. Os dois Institutos Federais, apresentam falhas que os alunos reconhecem, a maioria voltada a disponibilização de material didático, laboratórios e tempos das aulas práticas, o que pode e deve ser revisto para garantir que se formem profissionais Técnico em Segurança do Trabalho cada vez mais qualificados.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, M. L. F.; MASSABNI, V. G. O desenvolvimento de atividades práticas na escola: Um desafio para os professores de Ciências. **Ciência & Educação**, Campinas, v. 17, n. 4, p. 835-854, 2011.

ARAÚJO. T. P.; LIMA. R. A. Formação profissional no Brasil: revisão crítica, estágio atual e perspectivas. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 28, n. 81, p. 175 - 195, ago. 2014.

BRASIL. Decreto nº 7.566, de 23 de setembro de 1909. **Cria nas capitais dos Estados a Escolas de Aprendizes Artífices, para o ensino profissional primário e gratuito**. Rio de Janeiro. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf3/decreto_7566. Acesso em: 20 ago. 2023.

BRASIL. Decreto Lei nº 378, de 13 de janeiro de 1937. **Dá nova organização ao Ministério da Educação e Saúde Pública**. Rio de Janeiro. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1930-1949/10378.htm . Acesso em: 23 nov. 2023.

BRASIL. Decreto Lei nº 4.048, de 22 de janeiro de 1942. **Cria o Serviço Nacional de Aprendizagem dos Industriários (SENAI)**. Rio de Janeiro. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1937-1946/Del4048.htm. Acesso em: 14 ago. 2023.

BRASIL. Decreto Lei nº 4.073, de 30 de janeiro de 1942. **Lei Orgânica do Ensino Industrial**. Rio de Janeiro. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1937-1946/Del4073.htm . Acesso em: 13 out. 2023.

BRASIL. Decreto Lei nº 6.141, de 28 de dezembro de 1943. **Lei Orgânica do Ensino Comercial**. Rio de Janeiro. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1937-1946/Del6141.htm. Acesso em: 29 abr. 2023.

BRASIL. Decreto Lei nº 8.621, de 10 de janeiro de 1946. **Dispõe sobre a criação do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial e dá outras providências**. Rio de Janeiro. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/1937-1946/Del8621.htm. Acesso em: 24 out. 2023.

BRASIL. Decreto Lei nº 9.613, de 20 de agosto de 1946. **Lei Orgânica do Ensino Agrícola**. Rio de Janeiro. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1937-1946/Del9613.htm. Acesso em: 22 out. 2023.

BRASIL. Lei nº 3.552, de 16 de fevereiro de 1959. **Dispõe sobre nova organização escolar e administrativa dos estabelecimentos de ensino industrial do Ministério da Educação e Cultura, e dá outras providências**. Rio de Janeiro. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/13552.htm. Acesso em: 25 out. 2023.

BRASIL. Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971. **Fixa Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências**. Rio de Janeiro. Disponível em:

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L5692.htm. Acesso em: 24 out. 2023.

BRASIL. Lei nº 8.948, de 8 de dezembro de 1994. **Dispõe sobre a instituição do Sistema Nacional de Educação Tecnológica e dá outras providências**. Brasília. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8948.htm. Acesso em: 24 out. 2023.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Brasília. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm. Acesso em: 20 out. 2023.

BRASIL. Lei nº 11.195, de 18 de novembro de 2005. **Dá nova redação ao § 5º do art. 3º da Lei nº 8.948, de 8 de dezembro de 1994**. Brasília. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Lei/L11195. Acesso em: 21 out. 2023.

BRASIL. Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008. **Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências**. Brasília. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/11892.htm. Acesso em: 23 out. 2023.

COSTA, T. et al. A prática influenciando a formação e a aprendizagem na Educação Profissional e Tecnológica. **Research, Society and Development**, Vargem Grande Paulista. v. 10, n. 6, p. 1-13, 2021.

CUNHA, W. T. Visita técnica como campo de prática e perspectiva de atuação. **Revista Ensino em Foco**, Salvador. v. 1, n. 1, p. 1 - 10, 2018.

FLOR, Laydiane Emanuely Freitas. ANANIAS, Ludmilla Caroline. ANJOS, Vanessa Alves. **A importância das aulas práticas no ensino superior**. 2013. 13 f. Monografia (Especialização em Docência Universitária) - Instituto Superior de Educação, Faculdade Católica de Anápolis, Anápolis, 2013

GALVÃO, Rodrigo Luís. **Métodos educacionais para treinamentos de Segurança do Trabalho**, 2020. 59 f. Monografia (Especialização em Educação Profissional e Tecnológica) - Departamento Acadêmico de Linguagem, Tecnologia, Educação e Ciências, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina, Florianópolis, 2020.

GARCIA, A. C. et al. Educação Profissional no Brasil: Origem e Trajetória. **Revista Vozes dos Vales: Publicações Acadêmicas**, Minas Gerais. v. 7, n. 13, p. 1- 18, mai. 2018.

LEITE, A. C. S. et al. A importância das aulas práticas para alunos jovens e adultos: uma abordagem investigativa sobre a percepção dos alunos do PROEF II. **Revista Ensaio**, Belo Horizonte, v. 7, n. 3, p.166 -181, set-dez, 2005.

MARTINS, A. K. S. et al. A importância das aulas práticas no processo de formação curricular da disciplina de Introdução a Enfermagem: Relato de Experiência. In: VIII CONGRESSO DE EDUCAÇÃO EM SAÚDE DA AMAZÔNIA, 8, Belém. **Anais [...]** Pará: COESA, 2019.

OLIVEIRA, J. C. Segurança e Saúde no Trabalho: uma questão mal compreendida. **São Paulo em Perspectiva, São Paulo**, v. 17, n. 2, p. 3 - 12, 2003.

PAGEL, U. R. et al. Metodologias e práticas docentes: Uma reflexão acerca da contribuição das aulas práticas no processo de ensino e aprendizagem de Biologia. **Revista Experiências em Ensino de Ciências**, Vitória, v.10, n. 2, p. 14-25, 2015.

PEREIRA, M. V. O lugar da prática na globalização da Educação Superior. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, v. 27, n. 3, p.109-124. dez. 2011.

PERUZZI, S. L.; FOFONKA, L. A Importância da aula prática para a construção significativa do conhecimento: A visão dos professores das Ciências da Natureza. **Revista Educação Ambiental em Ação**, v. 21, n. 84, p. 1-13. set/nov, 2021.

RAMOS, T. B.; BARIN, C. S. A importância da prática na formação dos saberes docentes: Relato de uma experiência. V ENCONTRO COMPARTILHANDO SABERES: EDIÇÃO ESPECIAL EDUCAÇÃO BÁSICA, 5, Santa Maria, **Anais [...]** Rio Grande do Sul: V ECS, 2021.

RODRIGUES, J. Z. et al. A importância da aula prática na formação do profissional de Enfermagem: Um relato de experiência. **Revista Panorâmica On-Line**. Barra do Garças, v. 19, p. 99 - 110, ago./dez. 2015.

SILVA, B. J. A importância das atividades práticas no ensino-aprendizagem de Ciências. VI CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO, 6, Fortaleza, **Anais [...]** Ceará: VI CONEDU, 2019.

SILVA, L. M.; CIASCA, M. I. F. L. História da Educação Profissional no Brasil: do período colonial ao governo Michel Temer (1500 - 2018). **Educação Profissional e Tecnológica em Revista**. Espírito Santo, v. 5, n. 1, p. 1-29, 2021.

TORRECILHAS, A. R. et al. Modelo de aula prática na modalidade EAD no curso de Segurança do Trabalho. **Brazilian Journal of Development**. Curitiba, v. 7, n. 4, p. 39397-39410, abr. 2021.

TORRECILHAS, A. R. et al. Execução das atividades de aulas práticas na modalidade de Ensino a Distância do curso Superior de Tecnologia em Segurança do Trabalho. Edição Virtual, **Anais [...]** 26º CIAED CONGRESSO INTERNACIONAL ABED DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA, 2020.

ANEXO I

**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO - MEC
INSTITUTO FEDERAL DE ALAGOAS- IFAL
PRÓ-REITORIA DE ENSINO - PROEN
DIRETORIA DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA - DIREAD
PÓS GRADUAÇÃO EM DOCÊNCIA PARA A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA -
DocentEPT**

Questionário de Entrevista para Trabalho de Final de Curso-TFC para elaboração de Plano de Intervenção

Aluno: Leila Caroline Salustiano Silva

Orientador: Samuel Silva

Dados do entrevistado

Nome:

Instituição:

Curso:

Período:

1 - Você já teve aula prática no curso Técnico de Segurança do Trabalho?

() Sim () Não

2 - Você acredita que as aulas práticas ofertadas pelo curso, irão ajudar na sua formação?

() Sim () Não

3 - As aulas práticas colaboram para o melhor entendimento das aulas teóricas?

() Sim () Não

4 - A instituição oferta equipamentos e materiais didáticos suficientes para que as aulas sejam realizadas?

() Sim () Não

5 - A instituição conta com espaços físicos como laboratórios para a realização dessas aulas práticas?

() Sim () Não

6 - Os professores são qualificados para ministrar as aulas práticas?

() Sim () Não

7 - O tempo oferecido para as aulas práticas é satisfatório e atende suas necessidades de aprendizado?

() Sim () Não

8 - Você já teve pelo menos uma aula prática do tipo visita técnica no curso Técnico de Segurança do Trabalho?

() Sim () Não

9 - Como você avalia as aulas práticas ofertadas pelo curso?

() Boa () Regular () Satisfatória () Ruim

10 - Como você avalia seu nível de aprendizado com as aulas práticas?

() Bom () Regular () Satisfatória () Ruim